



MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
SECRETARIA DE ECONOMIA E FINANÇAS
7ª INSPETORIA DE CONTABILIDADE E FINANÇAS DO EXÉRCITO
(Sv Fundos Reg 7ª RM/1934)



BOLETIM INFORMATIVO Nr 11
(30 DE NOVEMBRO DE 2009)

FALE COM A 7ª ICFEx

Correio Eletrônico: 7icfex@eb.mil.br
7icfex-chsecaptec@eb.mil.br
Página Internet: <http://www.7icfex.eb.mil.br>
Telefones: Fixo – (0 XX 81) 3423-7500
RITEX – 870-7180



ÍNDICE

A S S U N T O	PÁGINA
1ª PARTE - CONFORMIDADE CONTÁBIL	
Registro a Conformidade Contábil Mensal – “Outubro/2009”	2
2ª PARTE - INFORMAÇÕES SOBRE APROVAÇÃO DE TOMADA DE CONTAS ANUAIS	
1. Tomadas de Contas Anual	2
a. Regulares	2
- Julgamento de T C A – Ano 2007 , da 59ª BIMtz, 16º R C Mec, 18ª CSM, 15º BIMTz, 28º BC, 19ª CSM, EsAEx, 3ª DL, 17ª CSM, Pq R Mnt/6, CMR, 31ª BIMTz, 14ª B Log e do 7º D Sup.	2
b. Irregulares	2
2. Tomadas de Contas Especial	2
3ª PARTE - ORIENTAÇÕES TÉCNICAS	
1. Modificação de Rotinas de Trabalho	3
a. Execução Orcamentária	3
b. Execução Financeira	3
c. Execução Contábil	3
1) Contas Contábeis	3
- Normas para Realização de Registros Contábeis no Ministério do Exército	3
2) Patrimônio	3
3) Custos	3
d. Execução de Licitações e Contratos	4
e. Pessoal	4
1) Ajuste de contas relativo a férias decorrente de aprovação em concurso público.	4
2) Adicional de tempo de serviço	4
3) Uso do Certificado Digital, do Tipo A4, padrão ICP – EB, no SISCONSIG.	4
4) Inclusão de SC do Instituto de Biologia do exército (IBEx) no Plano de Carreira dos Cargos de Tecnologia Militar	5
5) Indenização de transporte	6
6) Limite para fins de homologação e saque do Auxílio-Transporte no âmbito do Exército para o ano 2010	6
7) Margem consignável de pensionistas militares	6
8) Ressarcimento ao Erário	6
9) Restituição de valores indevidamente recebidos	6
f. Controle Interno	7
- Estágio de Certificação de Pregoeiros	7
g. Visita de Auditoria	7
h. Convênios	7
2. Recomendações sobre Prazos	8
a. Recomendação do TCU - MSG SIAFI 2009/1336634, de 18/11/09, da SEF.	8
3. Soluções de Consultas	8
a. Adicional de Tempo de Serviço	8
b. Desconto de 1,5%	8
c. Pensão Militar	9
4. Atualização da Legislação, das Normas, dos Sistemas Corporativos e das Orientações para as UG	9
a. Legislação e Atos Normativos	9
b. Orientações aos Agentes da Administração	10
1) Alienação de Imóveis de domicílio da União	10
2) Arrecadação de Receita de Hotel Trânsito - MSG SIAFI 2009/1312002, da, SEF, de 13/11/09.	11
3) Publicações de Portarias da SEF- MSG SIAFI 2009/1320361, da, SEF, de 16/11/09.	11
c. Mensagens COMUNICA	12
4ª PARTE - ASSUNTOS GERAIS	12
Aniversário de Organizações Militares (OM)	12
Informações do tipo “você sabia que...?”	13
- ANEXO “A” – Restituição de Valores Indevidamente Recebidos.	14
- ANEXO “B” – Movimentação – Reconsideração de Ato	15
- ANEXO “C” – Julgados e Normas do TCU, de maior interesse para as UG, publicados em Outubro 2009.	16
- ANEXO “D” – Calendário para o encerramento do Exercício Financeiro de 2009 – Aprovação.	24
- ANEXO “E” – Adicional de Tempo de Serviço.	29



MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
SECRETARIA DE ECONOMIA E FINANÇAS
7ª INSPETORIA DE CONTABILIDADE E FINANÇAS DO EXÉRCITO
(Sv Fundos Reg 7ª RM/1934)

1ª Parte – CONFORMIDADE CONTÁBIL

Registro da Conformidade Contábil Mensal – “OUTUBRO/2009”

Cumprindo às disposições da Coordenação-Geral de Contabilidade da Secretaria do Tesouro Nacional (CCONT/STN), que regulam os prazos, os procedimentos, as atribuições e as responsabilidades para a realização da conformidade contábil das Unidades Gestoras (UG) vinculadas, esta Inspeção registrou, no SIAFI, a conformidade contábil para certificar os registros contábeis, efetuados em função da entrada de dados no Sistema, no mês de **OUTUBRO/2009**, de todas as Unidades Gestoras (UG), **SEM ALTERAÇÃO**.

2ª Parte – INFORMAÇÕES SOBRE APROVAÇÃO DE TOMADA DE CONTAS

1. Tomadas de Contas Anual

a. Regulares

O Tribunal de Contas da União (TCU) julgou como **regulares** as contas referentes ao exercício de **2007**, das seguintes UG vinculadas a esta Setorial Contábil, dando **quitação plena** aos responsáveis pelas Unidades Gestoras (UG):

EXERCÍCIO	CÓDIGO DA UG	OFÍCIO/DO/TCU	ACÓRDÃO	DADOS DA SEÇÃO
2007	160004 – 59º BIMTz	16/2009	5793/2009-TCU - 2ª Câmara	Ata nº 39, de 3 NOV 09
	160172 – 16º R C Mec		5793/2009-TCU - 2ª Câmara	
	160029 – 18ª CSM	13/2009	5320/2009-TCU - 1ª Câmara	Ata nº 33, de 22 SET 09
	160174 – 15º BIMtz		5339/2009-TCU - 1ª Câmara	
	160454 – 28º BC		5325/2009-TCU - 1ª Câmara	
	160453 – 19ª CSM		5333/2009-TCU - 1ª Câmara	
	160525 - EsAEx		5334/2009-TCU - 1ª Câmara	
	160179 – 3ª DL		5329/2009-TCU - 1ª Câmara	
	160032 – 17ª CSM	12/2009	5036/2009-TCU - 1ª Câmara	Ata nº 32, de 15 SET 09
	160040–Pg R Mnt6		5040/2009-TCU - 1ª Câmara	
	160184 – CMR		4845/2009-TCU - 1ª Câmara	
	160173 – 31º BIMTz		5034/2009-TCU - 1ª Câmara	
	160185 – 14º B Log		4850/2009-TCU - 1ª Câmara	
	160198 – 7º D Sup		4857/2009-TCU - 1ª Câmara	
Observação:		conforme o nº 2 do Ofício nº 381-SCCR/D Aud, de 30 OUT 09.		
		conforme o nº 2 do Ofício nº 390-SCCR/D Aud, de 04 NOV 09.		
		conforme o nº 2 do Ofício nº 396-SCCR/D Aud, de 04 NOV 09.		
		conforme o nº 2 do Ofício nº 410-SCCR/D Aud, de 10 NOV 09.		
		conforme o nº 2 do Ofício nº 438-SCCR/D Aud, de 17 NOV 09.		

b. Irregulares

- Nada a considerar

2. Tomadas de Contas Especial

- Nada a considerar

3ª Parte – ORIENTAÇÕES TÉCNICAS

1. Modificações de Rotinas de Trabalho

a. Execução Orçamentária

- Nada a considerar

b. Execução Financeira

- Nada a considerar

c. Execução Contábil

1) Contas Contábeis

Normas para Realização de Registros Contábeis no Ministério do Exército.

A Portaria Nº 030 - SEF, DE 09 DE NOVEMBRO DE 2009 - Revoga a Portaria nº 012-SEF, de 13 de dezembro de 1990 e a Portaria nº 002-SEF, de 17 de fevereiro de 1998, que dispõem sobre as Normas para Realização de Registros Contábeis no Ministério do Exército.

O SECRETÁRIO DE ECONOMIA E FINANÇAS, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 117 das Instruções Gerais para a Correspondência, as Publicações e os Atos Normativos no Âmbito do Exército (IG 10-42), aprovadas pela Portaria nº 041, de 18 de fevereiro de 2002, e o inciso IX do art. 4º do Regulamento da Secretaria de Economia e Finanças, aprovado pela Portaria nº 15, de 16 de janeiro de 2004, ambas portarias do Comandante do Exército; considerando que os atos e fatos de gestão orçamentária, financeira e patrimonial praticados pelas Unidade Gestoras, registrados no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI), estão disponíveis para consulta com utilização de transações específicas; e considerando, ainda, que a Portaria nº 017-EME, de 08 de março de 2007, que aprova as Normas para o Funcionamento do Sistema de Material do Exército (SIMATEX), já disponibilizou um número significativo das funcionalidades de controle patrimonial, resolve:

Art. 1º Revogar a Portaria nº 012-SEF, de 13 de dezembro de 1990 e a Portaria nº 002-SEF, de 17 de fevereiro de 1998, que dispõem sobre as Normas para Realização de Registros Contábeis no Ministério do Exército.

Art. 2º Determinar que a presente Portaria entre em vigor na data de sua publicação.

Gen Ex FERNANDO SÉRGIO GALVÃO
Secretário de Economia e Finanças

(Transcrito do BE Nº 045, de 13 NOV 09)

Em consequência, oriento aos senhores Ordenadores de Despesas e aos Agentes da Administração das UG vinculadas, que tomem conhecimento e providências decorrentes.

2) Patrimônio

- Nada a considerar

3) Custos

- Nada a considerar

d. Execução de Licitações e Contratos

- Nada a considerar

e. Pessoal**1) Ajuste de contas relativo a férias decorrente de aprovação em concurso público.**

- O assunto em epigrafe encontra-se disponível na íntegra no Ofício nº 368 – Asse Jur–09 (A1/SEF), de 27 OUT 09, nos endereços eletrônicos do sítio da Assessoria 1, da SEF.:

<http://intranet.sef.eb.mil.br/sef/assessoria1/oficios/2009/368-09.pdf>

<http://intranet.sef.eb.mil.br/sef/assessoria1/oficios/2009/PAREC.082-.pdf>

2) Adicional de tempo de serviço.

- O assunto em epigrafe encontra-se disponível na íntegra no Ofício nº 398 – Asse Jur–09 (A1/SEF), de 16 NOV 09, transcrito no Anexo “E” ao presente BINFO e ainda, no endereço eletrônicos do sítio da Assessoria 1, da SEF:

<http://intranet.sef.eb.mil.br/sef/assessoria1/oficios/2009/398-09.pdf>

3) Uso do Certificado Digital, do Tipo A4, padrão ICP – EB, no SISCONSIG (Transcrição Mensagem SIAFI 2009/1228597, de 26/10/09, do CPEx)

DO CHEFE DO CENTRO DE PAGAMENTO DO EXERCITO

AOS SR ORDENADORES DE DESPESAS

ASS: USO DO CERTIFICADO DIGITAL, DO TP A4, PADRAO ICP-EB, NO SISCONSIG

MSG 054-S/6 DE 26 DE OUTUBRO DE 2009.

1. TRATA O PRESENTE EXPEDIENTE DA UTILIZACAO DO CERTIFICADO DIGITAL NO ACESSO E NAS ROTINAS DO SIST DE CONSIGNACOES DO EX (SISCONSIG), PELOS ORGAOS PAGADORES (OP).

2. SOBRE O ASSUNTO, INFORMO-VOS QUE O CENTRO DE PAGAMENTO DO EXERCITO (CPEX), BUSCANDO ADERIR AS BOAS PRATICAS DE SEGURANCA DA INFORMACAO, PARA OBTER MAIOR CONTROLE NA ENTRADA DE DADOS E MELHORAR O NIVEL DE AUDITORIA NAS INFORMACOES GERENCIAIS PELO SISCONSIG, IMPLANTARA O USO DO CERTIFICADO DIGITAL, DO TIPO A4, PADRAO ICP-EB, NO ACESSO E NAS ROTINAS DESSE SISTEMA.

3. O CPEX, COM O APOIO TECNICO DO CENTRO INTEGRADO DA TELEMATICA DO EXERCITO (CITEX), CUSTOMIZOU O SISCONSIG PARA VIABILIZAR O USO OBRIGATORIO DO CERTIFICADO DIGITAL, EMITIDO PELO CITEX, PARA OS MILITARES DA ATIVA QUE ATUAM NA ATIVIDADE DE PAGAMENTO DE PESSOAL.

4. A OBTENCAO DOS CERTIFICADOS DIGITAIS SERA EFETUADA EM DUAS ETAPAS:

A 1ª ETAPA; SOLICITACAO DE TOKENS CRIPTOGRAFICOS, POR INTERMEDIO DE OFICIO DOS CMT/CH/DIR/OD OM, DIRECIONADO AO CITEX, CONFORME O MODELO DISPONIVEL NOANEXO I, DO MANUAL PARA OBTENCAO DE CERTIFICADOS DIGITAIS DA ICP-EB, DISPONIVEL NO ENDERECO ELETRONICO; [HTTP://INTRANET.CITEX.EB.MIL.BR/DOWNLOADS/MANUAL_OBTENCAO_CERTIFICADO_DIGITAL_ICP_EB_V1_4.4.23.PDF](http://intranet.citex.eb.mil.br/downloads/manual_obtencao_certificado_digital_icp_eb_v1_4.4.23.pdf); APOS O RECEBIMENTO DOS TOKENS, O USUARIO DA OM DEVERA INSTALAR O DRIVE NO TOKEN CRIPTOGRAFICO A PARTIR DO SITIO; [HTTP://WWW.SAFENETINC.COM/BE/EGOV.ASP](http://www.safenetinc.com/be/egov.asp) E OBTER E INSTALAR OS CERTIFICADOS DIGITAIS DA AUTORIDAE CERTIFICADORA RAIZ DA ICP-EB E DA AUTORIDADE CERTIFICADORA ICP – EB ATRAVES DO ENDERECO:HTTPS://ICPEB.CITEX.EB.MIL.BR/PUB, NO COMPUTADOR A SER UTILIZADO PARA A REQUISICAO DO CERTIFICADO DIGITAL; POSTERIORMENTE, DEVERA PREENCHER OS DADOS SOLICITADOS PELO CERTIFICADO E IMPRIMIR O TERMO DE RESPONSABILIDADE PARA USO DE CERTIFICADO DIGITAL.

B. 2A ETAPA; SOLICITACAO DOS CERTIFICADOS DIGITAIS PROPRIAMENTE DITOS, VIA OFICIO DO CM/CH/DIR/OD DA OM, DIRECIONADO AO CITEX, CONFORME O MODELO DISPONIVEL NO ANEXO 2, DO MESMO MANUAL.

5. O CITEX, APÓS RECEBER A DOCUMENTACAO DA OM, GERARA O CERTIFICADO DIGITAL E INFORMARA POR MEIO DE OFICIO QUE O CERTIFICADO DIGITAL FOI EMITIDO E ESTÁ PRONTO PARA APANHA E UTILIZACAO.

6. O CPEX ADOTARA A SEGUINTE ROTINA PARA IMPLEMENTAR O USO DO CERTIFICADO DIGITAL NOS ACESSOS E NAS ROTINAS DO SISCONSIG;

ATIVIDADE	RESPONSAVEL	PERIODO
CUSTOMIZACAO DO SISCONSIG PARA A UTILIZACAO DO CERTIFICADO DIGITAL A4, PADRAO ICP – EB	CPEX E SG5 DA SEF	ATÉ 30 NOV 09
SOLICITACAO DOS TOKENS CRIPTOGRAFICOS E DOS CERTIFICADOS DIGITAIS AO CITEX	TODOS OS OP	ATE 20 DEZ 09
USO OBRIGATORIO DO CERTIFICADO DIGITAL TIPO A4, PADRAO ICP-EB NOS ACESSOS E NAS TOTINAS DO SISCONSIG	TODOS OS USUARIOS DAS OM	A PARTIR DE 1º FEV 10

7. A QUANTIADE DE TOKENS CRIPTOGRAFICOS E DE CERTIFICADOS DIGITAIS A SEREM FORNECIDOS PELO CITEX DEVERAO SEGUIR OS SEGUINTE CRITERIOS;

QUANTIDADE	FUNCAO	QUANTIDADE	FUNCAO
01	OD TITULAR	01	OD TITULAR
01	OS SUBSTITUTO	01	OS SUBSTITUTO
01	CH SPP TITULAR	01	CH SPP TITULAR
01	CH SPP SUBSTITUTO	01	CH SPP SUBSTITUTO
03 (*)	AUX SPP	05 (*)	AUX SPP

(*) CASO A OM POSSUA MAIOR NUMERO DE OPERADORES, DEVERA SOLICITAR TAIS TOKENS CRIPTOGRAFICOS COM A DEVIDA JUSTIFICATIVA.

8. OS OD, OS CHEFES DOS SETORES DE PAGAMENTO DE PESSOAL E MILITARES A SEREM CONTEMPLADOS COM CERTIFICADOS DIGITAIS NAO DEVERAO ESTAR PREVISTOS PARA SEREM MOVIMENTADOS, EXCETO NO CASO DE EXONERACAO, POR TERMINO DE CMDO/CH/DIR OM. OS MILITARES QUE FOREM DESIGNADOS PARA OUTRAS ATIVIDADES OU DESLIGADOS DEVERAO TER SEUS CERTIFICADOS DIGITAIS REVOGADOS E RESTITUIR OS TOKENS CRIPTOGRAFICO A OM.

9. AS OM QUE SOLICITARAM TOKENS CRIPTOGRAFICOS E CERIFICACOES DIGITAIS PARA SEREM UTILIZADOS NO SIPPE, E FORAM ATENDIDAS, NAO DEVERAO SOLICITA-LOS NOVAMENTE.

10. ENFATIZO AOS OD A OBRIGATORIEDADE DO USO DO CERTIFICADO DIGITAL A4, PADRAO ICP-EB PELOS MILITARES QUE ATUAM NA ATIVIDADE DE PAGAMENTO DAS OM, A PARTIR DE 1º DE FEVEREIRO DE 2010, NO ACESSO E NAS ROTINAS DO SISCONSIG.

GEN BDA JOSE ORLANDO RIBEIRO CARDOSO
CHEFE DO CENTRO DE PAGAMENTO DO EXERCITO
(Transcrito do BINFO da 5ª ICFEx, de 31 de outubro de 2009)

Em consequência, oriento aos senhores Ordenadores de Despesas e aos Agentes da Administração das UG vinculadas, que tomem conhecimento e providências decorrentes.

4) Inclusão de SC do Instituto de Biologia do Exército (IBEx) no Plano de Carreira dos Cargos de Tecnologia Militar.

- O assunto em epigrafe encontra-se disponível na íntegra no Ofício nº 386 – Asse Jur–09 (A1/SEF), de 06 NOV 09, no endereço eletrônico: <http://intranet.sef.eb.mil.br/sef/assessoria1/oficios> no sítio da Assessoria 1, da SEF.

5) Indenização de transporte

- O assunto em epigrafe encontra-se disponível na íntegra no Ofício nº 392 – Asse Jur–09 (A1/SEF), de 10 NOV 09, no endereço eletrônico: <http://intranet.sef.eb.mil.br/sef/assessoria1/oficios> no sítio da Assessoria 1, da SEF e ainda, no Parecer nº 323/CONJUR-MD/2009, de 18 ago 09.

6) Limites para fins de homologação e saque do Auxílio-Transporte no âmbito do Exército para o ano de 2010.

O Chefe do Departamento-Geral do Pessoal (DGP), no uso da atribuição que lhe confere os incisos I e II do art. 4º do Regulamento do Departamento-Geral do Pessoal (R-156), aprovado pela Portaria do Comandante do Exército nº 191, de 20 de abril de 2004, e de acordo com as Normas para o Controle da Solicitação e Concessão de Auxílio-Transporte e o Exame de sua Requisição no Âmbito do Exército Brasileiro, aprovadas pela Portaria nº 098-DGP, de 31 de outubro de 2001, e as alterações aprovadas pela Portaria nº 269-DGP, de 11 de dezembro de 2007, resolve:

Art. 1º Definir, para o ano de **2010**, os seguintes valores limites para fins de homologação e saque do Auxílio-Transporte no âmbito do Exército Brasileiro:

- I - limite inferior: R\$ 200,00 (duzentos reais); e
- II - limite superior: R\$ 500,00 (quinhentos reais).

Art. 2º Revogar a Portaria nº 320-DGP, de 15 de dezembro de 2008.

Art. 3º Determinar que esta Portaria entre em vigor na data da sua publicação.

Portaria nº 260-DGP, de 26 de outubro de 2009.
(BE nº 44, de 6 de novembro de 2009)

Em consequência, oriento aos senhores Ordenadores de Despesas e aos Agentes da Administração das UG vinculadas, que tomem conhecimento e providências decorrentes.

7) Margem consignável de pensionistas militares

- O assunto em epigrafe encontra-se disponível na íntegra no Ofício nº 389 – Asse Jur–09 (A1/SEF), de 09 NOV 09, no endereço eletrônico: <http://intranet.sef.eb.mil.br/sef/assessoria1/oficios> no sítio da Assessoria 1, da SEF.

8) Ressarcimento ao Erário

- O assunto em epigrafe encontra-se disponível na íntegra no Ofício nº 355 – Asse Jur–09 (A1/SEF), de 19 OUT 09, no endereço eletrônico: <http://intranet.sef.eb.mil.br/sef/assessoria1/oficios> no sítio da Assessoria 1, da SEF.

9) Restituição de valores indevidamente recebidos

- O assunto em epigrafe encontra-se disponível na íntegra no Ofício nº 391 – Asse Jur–09 (A1/SEF), de 10 OUT 09, e no Parecer nº 048/AJ/SEF, de 13 AGO 09, transcrito no **Anexo “A”**, ao presente BINFO e ainda, no endereço eletrônico: <http://intranet.sef.eb.mil.br/sef/assessoria1/oficios> no sítio da Assessoria 1, da SEF. O Gab Cmt Ex encaminhou a SEF, o Parecer nº 332/CONJUR-MD, que trata do mesmo tema.

Em consequência, oriento aos senhores Ordenadores de Despesas e aos Agentes da Administração das UG vinculadas, que tomem conhecimento e providências decorrentes.

f. Controle Interno

- Estágio de Certificação de Pregoeiros

Em cumprimento a determinação contida no Of nº 042-A/2-Circular, de 8 de maio de 2009 e o que prescreve o item 2) letra b. da Ordem de Instrução nº 5, de 19 OUT 09, desta Inspeção, foi realizado o Estágio de Certificação de Pregoeiros, no período de 09 à 12 NOV 09, no auditório do Círculo Militar do Recife e no Laboratório de Informática do Colégio Militar do Recife. Compareceram ao evento:

UG	UG	POSTO/GRAD	NOME COMPLETO
160084	CMR	TEN CEL	ANTÔNIO ROGÉRIO MONTEIRO MERGULHÃO
160178	14º BIMtz	1º TEN	EDMILSON RAIMUNDO DE OLIVEIRA JÚNIOR
		S TEN	JOSÉ CARLOS COELHO DA SILVA
160180	4º BPE	2º SGT	ALEX SANDRO BATISTA DE DEUS
		3º Sgt	JOSÉ JADERSON DOS SANTOS
160182	7º Cia Com	2º TEN	JEFFERSON FELIPE DE OLIVEIRA
		2º TEN	EMERSON DE ARAÚJO BELTRÃO
160185	14º B Log	1º TEN	RAFAEL CANDIDO DE O. LEITE
		1º SGT	JAILSON ADRIÃO DUARTE
160188	4º B Com	2º TEN	VLAMIR SOARES DE ALBUQUERQUE
		2º SGT	ALMIR MARCOS MENDES DE SOUZA
160191	CPOR/R	MAJ	SANDRO CORDEIRO DE SOUSA
		2º TEN	FERNANDO ATANÁSIO DE LIMA FILHO
		2º SGT	AUGSUTO CÉSAR TAVARES CARDOSO
160193	Comdo 10ª Bda Inf Mz	2º SGT	JAILSON FRANCO ALVES
160194	Comdo 7ª RM/7ª DE	2º TEN	SÉRGIO L. MENDES DE OLIVEIRA
		1º TEN	MONIQUE CARDOSO
160195	Comdo CMNE	3º SGT	FÁBIO EVANGELISTA M. MADEIRA
		SC	GILVAN MIGUEL DA SILVA
160198	7º D Sup	2º TEN	AFONSO HENRIQUE B. AROUCA DE UZEDA E SILVA
160199	H Ge R	3º SGT	KÁTIA DE LIMA GOMES DOS SANTOS
		3º SGT	JERÔNIMO CLAUDIO DE BARROS
		3º SGT	KLICIANELLE CRUZ DE OLIVEIRA
160200	Pq R Mnt/7	1º TEN	DIEGO JORGE TENÓRIO TAVARES
160201	CRO/7	1º TEN	ARACATY ANDRADE SARAIVA
		2º SGT	ANDERSON LIMA DA SILVA
INSTRUTOR		CAP	LUCIANO ANDERSON RIBEIRO DE ANDRADE

- Em consequência, a SSPes providencie o registro da informação supracitada no Livro de Histórico da OM.

g. Visita de Auditoria

- Nada a considerar

h. Convênios

- Nada a considerar

2. Recomendações sobre Prazos

Recomendação do TCU

(Transcrição da Msg SIAFI 2009/1336634, de 18/11/09, da SEF).

DO: SUBSECRETÁRIO DE ECONOMIA E FINANÇAS

AOS: SENHORES ORDENADORES DE DESPESAS

REF: A. OFÍCIO Nº 365-SCCR/D AUD, DE 27 DE OUTUBRO DE 2009; E

B. OFÍCIO Nº 379-SCCR/D AUD, DE 30 DE OUTUBRO DE 2009.

1. EM ATENDIMENTO AOS DOCUMENTOS DA REFERÊNCIA, ESTA SECRETARIA RESOLVEU DIFUNDIR ÀS UNIDADES GESTORAS (UG) AS DETERMINAÇÕES CONTIDAS NO ACÓRDÃO Nº 5536/2009 - TCU - 1ª CÂMARA, NA FORMA QUE SE SEGUE:

A. "AO AVALIAR NECESSÁRIA A REALIZAÇÃO DE VISTORIA PRÉVIA COMO REQUISITO PARA A PARTICIPAÇÃO NO CERTAME, FAÇA NOS INSTRUMENTOS CONVOCATÓRIOS A JUSTIFICATIVA PARA TAL EXIGÊNCIA, ADEQUANDO-SE AO COMANDO DO INCISO IV, DO ART.19, DA INSTRUÇÃO NORMATIVA SLTI/MPOG Nº 2/2008; CUIDANDO, TAMBÉM, EM RESPEITO AO PRINCÍPIO DA RAZOABILIDADE, PARA QUE TAIS EXIGÊNCIAS NÃO SE TORNEM ONEROSAS POR DEMAIS PARA OS INTERESSADOS, A PONTO DE MITIGAR O CARÁTER COMPETITIVO DA LICITAÇÃO";

B. "EM OPTANDO PELA CONTRATAÇÃO OU AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS EQUIPADOS COM ITENS OPCIONAIS, JUSTIFIQUE TAL OPÇÃO, DE ACORDO COM O EXIGIDO PELO ART. 6º, CAPUT E §§1º E 2º, ARTS.26,29 E 30, DA INSTRUÇÃO NORMATIVA SLTI/MPOG Nº 3/2008";

C. "EXIMA-SE DE EXIGIR DOS PARTICIPANTES QUE ESTES DETENHAM MATRIZ OU FILIAL EM DETERMINADO PONTO DO TERRITÓRIO NACIONAL, ATENTANDO PARA A PREVISÃO DO INCISO I, DO § 1º, DO ART.3º C/C O ART.68, DA LEI Nº 8.666/1993"; E

D. "SEMPRE QUE POSSÍVEL, LICITE O OBJETO PRETENDIDO DE FORMA FRAGMENTADA, COMO MEDIDA AMPLIADORA DA COMPETITIVIDADE, O QUE AUMENTA A POSSIBILIDADE DE CONTRATAÇÃO MAIS VANTAJOSA E PERMITE UM MELHOR CONTROLE DA EXECUÇÃO CONTRATUAL".

BRASÍLIA - DF, 18 DE NOVEMBRO DE 2009.
GEN DIV MARCIO ROSENDO DE MELO
SUBSECRETÁRIO DE ECONOMIA E FINANÇAS

Em consequência, oriento aos senhores Ordenadores de Despesas e aos Agentes da Administração das UG vinculadas, que tomem conhecimento e providências decorrentes.

3. Soluções de Consultas

a. Adicional de Tempo de Serviço

UG de Origem	Documento de Resposta
DGP	Of nº 398 – Asse Jur – 09 (A1/SEF), de 16 de novembro de 2009
ASSUNTO RESUMIDO DA CONSULTA:	
- A consulta versa sobre adicional de tempo de serviço.	
ONDE ENCONTRAR: http://intranet.sef.eb.mil.br/sef/assessoria1/oficios/2009/Of.398-09.pdf	

b. Desconto de 1,5%

UG de Origem	Documento de Resposta
9ª ICFEx	Of nº 396 – Asse Jur – 09 (A1/SEF), de 11 de novembro de 2009
ASSUNTO RESUMIDO DA CONSULTA:	
- A consulta versa sobre restabelecimento de desconto de 1,5% (um e meio por cento).	
ONDE ENCONTRAR: http://intranet.sef.eb.mil.br/sef/assessoria1/oficios/2009/Of.396-09.pdf	

c. Pensão militar

UG de Origem	Documento de Resposta
9ª ICFEx	Of nº 393 – Asse Jur – 09 (A1/SEF), de 11 de novembro de 2009
ASSUNTO RESUMIDO DA CONSULTA:	
- A consulta versa sobre pensão militar concedida aos menores L F A e L P S, beneficiários do ex-3º Sgt BERGUESON MORAES RODRIGUES.	
ONDE ENCONTRAR: http://intranet.sef.eb.mil.br/sef/assessoria1/oficios/2009/Of.393-09.pdf	

4. Atualização da Legislação, das Normas, dos Sistemas Corporativos e das Orientações para as Unidades Gestoras (UG).

a. Legislação e Atos Normativos

A S S U N T O	Onde Encontrar	Observações
- LIMPEZA. Portaria/SLTI-MP nº 9, de 07.10.2009 - atualiza os valores limites para a contratação e de serviços de limpeza e conservação, em substituição aos valores limites publicados pela Portarias nºs 4, de 31.08.2006, 10, de 22.12.2008, e 2, de 08.04.2009, para as Unidades Federativas que menciona	DOU de 08.10.2009, S. 1, p. 122	Tomar Conhecimento
- IMPrensa. Portaria/IN nº 268, de 05.10.2009 - dispõe sobre normas para publicação de matérias nos Jornais Oficiais.	DOU de 09.10.2009, S. 1, ps. 3 a 5	Tomar conhecimento
- LDO 2009. Lei nº 12.053, de 09.10.2009 - altera os arts. 2º, 3º e 7º e o Anexo IV da Lei nº 11.768, de 14.08.2008, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2009 e dá outras providências.	DOU de 13.10.2009, S. 1, ps. 34 e 35	Tomar conhecimento
- AGU e PARECER JURÍDICO. Portaria/AGU nº 1.399, de 5.10.2009 - dispõe sobre as manifestações jurídicas dos órgãos de direção superior e de execução da Advocacia-Geral da União e seus órgãos vinculados.	DOU de 13.10.2009, S. 1, ps. 36 e 37	Tomar conhecimento
- TCU e TRANSPARÊNCIA. Resolução/TCU nº 228, de 21.10.2009 - institui canal de acesso a serviços eletrônicos por meio do Portal do Tribunal de Contas da União na internet, denominado e-TCU.	DOU de 23.10.2009, S. 1, ps. 130 a 131	Tomar conhecimento
- SICAF. Portaria/SE/SPOA/DLSG nº 11, de 29.10.2009 - convoca, para comparecimento perante a respectiva Unidade Cadastradora, os inscritos no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF), para a renovação anual da inscrição e atualização da documentação vencida no período de 01.08.2009. Os interessados na inscrição no SICAF poderão obter os formulários e as informações necessárias, mediante consulta, na Internet, ao sítio eletrônico abaixo: http://www.comprasnet.gov.br	DOU de 30.10.2009, S. 1, p. 160	Tomar conhecimento
- CONTAS ANUAIS e TCU. Decisão Normativa/TCU nº 100, de 07.10.2009 - define as unidades jurisdicionadas cujos responsáveis devem apresentar relatório de gestão referente ao exercício de 2009, especificando a forma, os conteúdos e os prazos de apresentação, nos termos do artigo 3º da IN/ TCU nº 57, de 27.08.2008.	DOU de 30.10.2009, S. 1, ps. 165 a 183	Tomar conhecimento

b. Orientações aos Agentes da Administração**1) Alienação de Imóveis de domicílio da União**

Cumprindo a determinação do Sr Subsecretário de Economia e Finanças, e para conhecimento UG vinculadas a esta ICFEx, transcrevo o ofício abaixo:



**MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
SECRETARIA DE ECONOMIA E FINANÇAS
(Contadoria Geral/1841)**

Brasília, 17 de novembro de 2009.

Of nº 399 – Asse Jur – 09 (A1/SEF)

Do Subsecretário de Economia e Finanças

Ao Sr Chefe da Inspetoria de Contabilidade e Finanças do Exército

Assunto: alienação de imóveis de domínio da União

Anexos: NOTA/AGU/CGU/DECOR Nº 245/2007- PCN, Despachos DECOR/CGU/AGU Nº 003/2007- SFT e 022/2009-JD, NOTA DECOR/CGU/AGU Nº 245/2007- PCN e Despacho do Advogado Geral da União

1. Versa o presente expediente sobre competência do Comando do Exército em alienar imóveis de domínio da União sob sua administração e possibilidade de utilização dos critérios de obras de contrapartida e maior torna em pecúnia em processos licitatórios.

2. Esta Secretaria recebeu, por intermédio do Gab Cmt Ex, o estudo da Advocacia Geral da União (AGU), consubstanciado no documento anexo e aprovado pelo Advogado-Geral da União.

3. A referida documentação originou-se de questionamentos feitos pelo representante da AGU, em Recife-PE, a respeito da vigência da Lei nº 5651/70, dos limites da delegação de competência ao Comandante da 7ª Região Militar e da possibilidade de utilização de critérios de julgamento das propostas baseados em “obras de contrapartida” e de “maior torna em pecúnia”.

4. Em seu despacho, o Advogado-Geral da União aprovou os estudos elaborados pelos diversos órgãos da AGU, responsáveis pela análise da matéria em questão, resumindo-os conforme se segue:

a. O regramento especial, instituído pela Lei nº 5651, de 11 de dezembro de 1970, atribuindo competência ao Comandante do Exército para alienar os imóveis da União administrados pela Força Terrestre permanece vigente.

b. A delegação de competência do Comandante do Exército (delegante) para que o Comandante da 7ª RM (delegado) se utilize, tanto da venda, quanto da permuta, na alienação de bens imóveis inservíveis, são formas permitidas no art 1º da Lei nº 5651/701.

c. A conjugação dos critérios de “obras de contrapartida” e de “maior torna em pecúnia”, adotado para os casos de venda são possíveis e legais².

5. Nesses termos, remeto-vos o presente expediente a fim de difusão e publicação em Boletim Informativo desta Setorial Contábil.

Gen Div MARCIO ROSENDO DE MELO
Subsecretário de Economia e Finanças

1 Art. 1º - É autorizado o Ministério do Exército a proceder a venda ou permuta de bens imóveis da União, de qualquer natureza sob sua jurisdição, cuja utilização ou exploração não atenda mais as necessidades do Exército.

2 Lei nº 9636/98, Art. 30 – Poderá ser autorizada, na forma do art.23, a permuta de imóveis de qualquer natureza, de propriedade da União, por imóveis edificados ou não, ou por edificação a construir.

Parer/MP/CONJUR/LBPnº 0499-5.11/2007 (processo nº 00402.000033/2007-10): “Sendo assim, plenamente viável seria a permuta de imóvel tendo como contrapartida a realização de obras pelo vencedor do certame exigindo-se apenas a utilização da modalidade de concorrência ou leilão publico, conforme o art. 24 da Lei nº 9636/98”. (grifos nosso)

**2) Arrecadação de Receitas de Hotel de Trânsito
(Transcrição da Msg SIAFI 2009/1312002, da SEF, de 13/11/09).**

DO: SUBSECRETÁRIO DE ECONOMIA E FINANÇAS
AOS: SENHORES ORDENADORES DE DESPESAS

1. INFORMO AOS ORDENADORES DE DESPESAS (OD) QUE COM O PROPÓSITO DE EVIDENCIAR MAIOR CONTROLE DA ARRECAÇÃO DAS RECEITAS DE HOTÉIS DE TRÂNSITO, DE CASAS DE HÓSPEDES, E AQUARTELAMENTO DA OM, OS CHEQUES PARA DEPÓSITO DEVERÃO SER EMITIDOS NOMINALMENTE E "CRUZADOS", TENDO COMO FAVORECIDA A UG RESPONSÁVEL PELA ADMINISTRAÇÃO DOS RECURSOS RECEBIDOS.

2. TAL PROCEDIMENTO PERMITIRÁ IDENTIFICAR A UG FAVORECIDA POR MEIO DO SISTEMA DE COMPENSAÇÃO DE CHEQUES DO AGENTE FINANCEIRO ENVOLVIDO (BANCO), E FACILITARÁ OS TRABALHOS DE ANÁLISE, PELAS ICFOX, DAS RECEITAS ARRECADADAS ATRAVÉS DA GUIA DE RECOLHIMENTO DA UNIÃO - GRU.

BRASÍLIA - DF, 13 DE NOVEMBRO DE 2009.
GEN DIV MARCIO ROSENDO DE MELO
SUBSECRETÁRIO DE ECONOMIA E FINANÇAS

Em consequência, oriento aos senhores Ordenadores de Despesas e aos Agentes da Administração das UG vinculadas, que tomem conhecimento e providências decorrentes.

**3) Publicações de Portarias da SEF
(Transcrição da Msg SIAFI 2009/1320361, da SEF, de 16/11/09).**

DO CHEFE DA ASSESSORIA 2 /SEF
AOS SENHORES CHEFES DE ICFOX

INCUMBIU-ME O SR SUBSECRETARIO DE ECONOMIA E FINANÇAS DE INFORMAR AOS CHEFES DE ICFOX QUE NO BOLETIM DO EXERCITO Nº 45, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2009, FORAM PUBLICADAS AS SEGUINTE PORTARIAS:

- PORTARIA 030-SEF, DE 9 DE NOVEMBRO DE 2009,QUE REVOGA A PORTARIA 012-SEF, DE 13 DE DEZEMBRO DE 1990 E A PORTARIA 002-SEF, DE 17 DE FEVEREIRO DE 1998, QUE DISPOEM SOBRE AS NORMAS PARA REALIZAÇÃO DE REGISTROS CONTÁBEIS NO MINISTERIO DO EXERCITO;E

- PORTARIA 031-SEF, DE 9 DE NOVEMBRO DE 2009, QUE APROVA O CALENDARIO PARA O ENCERRAMENTO DO EXERCICIO FINANCEIRO DE 2009.

*****BRASILIA - DF,13 DE NOVEMBRO DE 2009*****
*****WILLIAMS CARVALHO PESSOA - CEL R1*****
*****CHEFE DA ASSESSORIA 2 / SEF*****

Em consequência, oriento aos senhores Ordenadores de Despesas e aos Agentes da Administração das UG vinculadas, que tomem conhecimento e providências decorrentes.

c. Mensagens COMUNICA:

MENSAGEM	EXPEDIDOR	A S S U N T O S
SIAFI 2009/1266469	7ª ICFEx	Uso de deduções para contribuições Previdenciárias
SIAFI 2009/1277780	7ª ICFEx	Pesquisa de Opinião
SIAFI 2009/1284507	7ª ICFEx	Alteração na rotina de Suprimento de Fundos
SIAFI 2009/1284524	7ª ICFEx	Equação 147 – CONCONTIR (Retirar Conta Fórmula)
SIAFI 2009/1306235	7ª ICFEx	Acerto na Conta 212610000, GRU – Val. em Transp. Est. Desp. do Exercício
SIAFI 2009/1306296	7ª ICFEx	Equação 154 e 155 – 7ª ICFEx
SIAFI 2009/1306308	7ª ICFEx	Orientação sobre Registro de Depreciação
SIAFI 2009/1312320	7ª ICFEx	Acerto na Conta 212610000 e 112160400 190000000987, Sem GD
SIAFI 2009/1311370	CCONT/STN	Alteração na Rotina de Suprimento de Fundos (Atenção para nova data)
SIAFI 2009/1311835	SEF	Encerramento do Exercício Financeiro/2009
SIAFI 2009/1311936	SEF	Encerramento do Exercício Financeiro/2009
SIAFI 2009/1311958	SEF	Continuação da Msg SIAFI 2009/1311936, sef. de 13 NOV 09.
SIAFI 2009/1312002	SEF	Arrecadação de Receitas de Hotel de Trânsito
SIAFI 2009/1321036	7ª ICFEx	Juros e Multas
SIAFI 2009/1312129	DGO	Encerramento do Exercício Financeiro/2009
SIAFI 2009/1322443	7ª ICFEx	Encerramento do Exercício Financeiro/2009
SIAFI 2009/1322476	7ª ICFEx	Continuação da SMG SIAFI 2009/1311936, de 13 Nov 09.
SIAFI 2009/1328128	7ª ICFEx	Alteração na Rotina de Suprimento de Fundos
SIAFI 2009/1328153	7ª ICFEx	Publicação de Portarias da SEF
SIAFI 2009/1328176	7ª ICFEx	DGO – Encerramento do Exercício Financeiro 2009
SIAFI 2009/1337077	7ª ICFEx	Conformidade de Registro de Gestão
SIAFI 2009/1353769	7ª ICFEx	Despesas Previstas para Restos Pagar 2009
SIAFI 2009/1353786	7ª ICFEx	Arrecadação de Receitas de Hotel de Trânsito
SIAFI 2009/1366538	DCONT	Encerramento do Exercício Financeiro - Procedimentos
SIAFI 2009/1366873	DECEX	Emissão de Nota de Empenho (NE)
SIAFI 2009/1373258	7ª ICFEx	Encerramento do Exercício Financeiro - Procedimentos
SIAFI 2009/1373274	7ª ICFEx	Encerramento do Exercício - Importante
SIAFI 2009/1373287	7ª ICFEx	Emissão de Pré-Empenho
SIAFI 2009/1373299	7ª ICFEx	Data limite para emissão de Nota de Empenho
SIAFI 2009/1373300	7ª ICFEx	Quadro par a nova Rotina de Suprimento de Fundos
SIAFI 2009/1373324	7ª ICFEx	Encerramento do Exercício Financeiro de 2009
SIAFI 2009/1373335	7ª ICFEx	Nova rotina de Suprimento de Fundos
SIAFI 2009/1395739	7ª ICFEx	Comunicado do TCU

Obs: Os documentos acima relacionados devem estar arquivados em ordem cronológica, com o visto do OD e do Chefe da Seção interessada.

4ª Parte – ASSUNTOS GERAIS

ANIVERSÁRIO DE OM

Esta chefia e os Integrantes da 7ª ICFEx cumprimentam, e formulam votos de felicidades e de continuado sucesso profissional, aos Ordenadores de Despesas (OD) e Integrantes das UG e, igualmente, aos Comandantes (Agentes Diretores – AD) e componentes das UA (vinculadas a uma UG), a seguir relacionadas, cujas datas de aniversário transcorrerão no mês de **NOVEMBRO** de 2009:

UG	LOCALIZAÇÃO	DATA
4ª Cia Gd	Salvador - BA	01 DEZ
10º Pel PE	Recife - PE	16 DEZ
4º B Com		22 DEZ
5ª Cia Intlg		
10º Esqd C Mec		24 DEZ

Informações do tipo “Você sabia ...?”

1. Que, visando evitar saque indevido ao militar do efetivo variável a ser licenciado, o CPEx bloqueará o saque automático do auxílio transporte no mês de dez/09?
2. Que, a Diretoria de Assistência ao Pessoal (DAP) veicula um informativo mensal com os principais assuntos geradores de dúvidas por meio do endereço eletrônico <http://dap.dgp.eb.mil.br> (Msg SIAFI 2009/0249300 – DGP, de 2 mar 09)?
3. é necessário acelerar a emissão de empenhos utilizando os recursos financeiros do FUSEx e da PASS, pois não será admitida a inscrição em Restos a Pagar não processados nas ND 36 e 39?
4. Que, os questionamentos encaminhados a esta ICFEx deverão seguir a Portaria 004-SEF, de 06 Nov 02, que regula a forma que devem ser realizadas as consultas e pedidos de informações à SEF, onde é previsto, por exemplo, a apresentação de caso concreto, indicação da legislação aplicável, a argumentação pertinente e o parecer do OD?
5. Que, no seu parecer, o OD manifesta-se favorável ou desfavoravelmente com relação ao direito que está sendo pleiteado e não quanto à possibilidade de encaminhamento da consulta a esta Inspetoria?
6. Que, antes de encaminhar a consulta a esta ICFEx, o OD deverá consultar a intranet da SEF, no endereço eletrônico <http://intranet.sef.eb.mil.br/sef/assessoria1/oficios.htm>, verificando se o objeto de seu questionamento já foi alvo de estudos pela SEF, de tal sorte que seu entendimento se encontre pacificado no âmbito da Força?

RUBENS MARTINS NETO – Ten Cel
Chefe da 7ª ICFEx

ANEXO “A”**RESTITUIÇÃO DE VALORES INDEVIDAMENTE RECEBIDOS**

Considerando a relevância do tema e com a finalidade de atualização de conhecimento e orientações às UG vinculadas a esta ICFEx, transcrevo o ofício abaixo:



**MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
SECRETARIA DE ECONOMIA E FINANÇAS
(Contadoria Geral/1841)**

Of nº 391 – Asse Jur – 09 (A1/SEF)

CIRCULAR

Brasília, 10 de novembro de 2009.

Do Subsecretário de Economia e Finanças

Ao Sr Chefe da Inspetoria de Contabilidade e
Finanças do Exército

Assunto: restituição de valores indevidamente
recebidos

Ref: Parecer nº 048/AJ/SEF, de 2009

Anexo: Parecer nº 332/CONJUR-MD/2009

1. Versa o presente expediente sobre restituição de valores indevidamente recebidos.
2. Em 28 out 09, esta Secretaria recebeu, por intermédio do Gab Cmt Ex, o Parecer nº 332/CONJUR-MD/2009, que trata do tema em epígrafe.
3. Em linhas gerais, as orientações existentes naquele documento coincidem com o contido no Parecer nº 048/AJ/SEF, de 2009.
4. Entretanto, há uma diferença no que diz respeito aos valores percebidos em virtude de decisão judicial posteriormente reformada. O entendimento até hoje vigente neste ODS dava-se no sentido de que tais verbas, em virtude de seu caráter alimentar, não seriam passíveis de restituição. Porém, a opinião da Consultoria Jurídica do Ministério da Defesa deu-se de forma contrária, apontando que as quantias recebidas nessa hipótese devem, sim, ser ressarcidas.
5. Portanto, há que se modificar a orientação até então em vigor no sistema de economia e finanças nesse ponto. Vale dizer: **valores pagos em decorrência de cumprimento de decisões judiciais que venham a ser reformadas devem ser restituídos integralmente.**
6. Nesses termos, encaminho o presente expediente a essa Setorial, para divulgação e orientação das unidades gestoras vinculadas.

Gen Div MARCIO ROSENDO DE MELO
Subsecretário de Economia e Finanças

Em consequência, oriento aos senhores Ordenadores de Despesas e aos Agentes da Administração das UG vinculadas, que tomem conhecimento e providências decorrentes.

ANEXO “B”**MOVIMENTAÇÃO – Reconsideração de Ato**

Considerando a relevância do tema e com a finalidade de atualização de conhecimento e orientações às UG vinculadas a esta ICFEx, transcrevo o ofício abaixo:



**MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
SECRETARIA DE ECONOMIA E FINANÇAS
(Contadoria Geral/1841)**

**Of nº 495 – SG1.1.2/SEF
CIRCULAR**

Brasília, 20 de outubro de 2009.

Do Subsecretário de Economia e Finanças

Ao Sr Chefe da 7ª Inspeção de Contabilidade e
Finanças do Exército

Assunto: movimentações – Reconsideração de Ato

Rfr: Of nº 045/EMP/DCEM, de 6 OUT 09.

A SEF por intermédio do Ofício nº 495 – SG1.1.2/SEF - Circular, de out 09, difundiu a todos os Ch ICFEx os procedimentos, emanados pelo DGP (Ofício nº 045 – EMP/DCEM, de 6 out 09), que deverão ser obedecidos nos processos de reconsideração de ato de movimentação.

Os procedimentos em tela tratam sobre efeitos de recursos administrativos de reconsideração de ato dirigidos ao Comandante do Exército, interpostos em decorrência de atos de movimentação de militares.

O Sr Comandante do Exército decidiu que os recursos administrativos de reconsideração de ato a ele dirigidos, relacionados com atos de movimentação, efetuados pelo DGP, não mais terão efeito suspensivo, ressalvados casos excepcionais, em que a concessão de tal efeito ficará a cargo do Ch DGP, mediante despacho fundamentado e informação ao Chefe de Gabinete do Comandante do Exército quando do encaminhamento do respectivo recurso.

Em consequência, o DGP elencou os seguintes procedimentos que deverão ser obedecidos nos processos de reconsideração de ato de movimentação:

- o militar que for movimentado e requerer reconsideração de ato de movimentação ao Ch DGP deverá permanecer **adido** à OM, enquanto aguarda a publicação de decisão em aditamento da DCEM ao boletim do DGP;

- a OM não deverá pagar os recursos relacionados com a movimentação do militar enquanto não for publicada a decisão do Ch DGP, entretanto deverá determinar a apresentação da parte de opções e a passagem de cargos e encargos do militar movimentado;

- caso o militar tenha seu requerimento indeferido, a OM deverá efetuar o pagamento dos recursos de sua movimentação e desligá-lo imediatamente ou, quando for o caso, na data publicada no aditamento da DCEM que o movimentou;

- a OM deverá adotar o mesmo procedimento em relação a todo militar que não tenha sido desligado, até este momento, por aguardar decisão de requerimento de reconsideração de ato de movimentação dirigido ao Comandante do Exército, já remetido ao DGP; e - se o Comandante do Exército decidir em favor do militar, a DCEM providenciará o retorno do mesmo à OM de origem.

Em consequência, os OD das UG vinculadas deverão orientar o Enc St Pes, o Fisc Adm, o Enc. Set Fin e os militares que solicitaram reconsideração de ato de movimentação acerca dos procedimentos em tela.

(Transcrito do B Info nº 10, de 30 OUT 09 da 1ª ICFEx)

ANEXO “C”

JULGADOS E NORMAS DO TCU DE MAIOR INTERESSE PARA AS UG PUBLICADOS EM OUTUBRO DE 2009

- Assunto: **REGISTRO DE PREÇOS. DOU de 16.10.2009, S. 1, p. 74.** Ementa: determinação ... para que observe, em licitações sob a sistemática de Registro de Preços, o disposto no art. 9º, inc. III, do Decreto nº 3.931/2001, no sentido de fazer constar no edital o critério de aceitabilidade de preços unitários máximos que a administração se dispõe a pagar, consideradas as regiões e as estimativas de quantidades a serem adquiridas, procedendo ao exame da adequação de preços unitários, mesmo que a licitação seja realizada sob o tipo menor preço global por lote (item 9.2.3, TC-014.020/2009-9, Acórdão nº 2.410/2009-Plenário).

- Assunto: **REGISTRO DE PREÇOS. DOU de 16.10.2009, S. 1, p. 74.** Ementa: recomendação ... para que, em licitações sob a sistemática de Registro de Preços, proceda à análise mais detida no tocante aos agrupamentos de itens em lotes, de modo a evitar a reunião em mesmo lote de produtos que poderiam ser licitados isoladamente ou compondo lote distinto, de modo a possibilitar maior competitividade no certame e obtenção de proposta mais vantajosa para a Administração, fazendo constar dos autos do procedimento o estudo que demonstre a inviabilidade técnica e/ou econômica do parcelamento (item 9.3, TC-014.020/2009-9, Acórdão nº 2.410/2009-Plenário).

- Assunto: **PAGAMENTO. DOU de 16.10.2009, S. 1, p. 78.** Ementa: determinação ... no sentido de que exijam, a cada pagamento referente a contratos de execução continuada ou parcelada, bem como contratos de prestação de serviços (em especial nas terceirizações de mão-de-obra): a) comprovação da regularidade fiscal para com a Seguridade Social, para com o FGTS e para com a Fazenda Federal, em observância ao art. 195, § 3º, da Constituição Federal e arts. 29, incisos III e IV, e 55, inc. XIII, da Lei nº 8.666/1993; b) comprovação do cumprimento integral das obrigações decorrentes da relação de emprego mantida entre a prestadora de serviços e seus funcionários alocados para exercício ... de modo a afastar a possibilidade de a autarquia vir a responder subsidiariamente pelo inadimplemento de encargos trabalhistas, por força do Enunciado/TST nº 331 (itens 9.2.1 e 9.2.2, TC-003.750/2009-8, Acórdão nº 2.423/2009-Plenário).

- Assunto: **DISPENSA DE LICITAÇÃO. DOU de 16.10.2009, S. 1, p. 89.** Ementa: determinação ... para que: a) restrinja as contratações por dispensa de licitação com fulcro no **art. 24, inc. XIII**, da Lei nº 8.666/1993, unicamente aos casos em que reste comprovado o nexo entre o mencionado dispositivo, a natureza da instituição e o objeto a ser contratado, observando sempre a **razoabilidade do preço cotado**, bem como a **inexistência de outras entidades em condições de prestar os serviços** a serem contratados, devendo ser promovida, caso contrário, licitação para a escolha da melhor proposta técnica, em obediência ao princípio constitucional da isonomia; b) instrua os processos de contratação direta de acordo com o procedimento estabelecido pelo art. 26, parágrafo único da Lei nº 8.666/1993, de modo a formalizar os elementos requeridos pelos incisos I a IV desse dispositivo por meio de expedientes específicos e devidamente destacados no processo, **caracterizando a motivação do Administrador para a prática dos atos** (itens 1.5.3 e 1.5.4, TC-011.988/2006-6, Acórdão nº 5.736/2009-1ª Câmara).

- Assunto: **EQUIPAMENTO DE INFORMÁTICA. DOU de 16.10.2009, S. 1, p. 80.** Ementa: determinação ... para que, em compras de no-breaks, realize pesquisa de mercado com fornecedores suficientes, de forma a possibilitar a estimativa correta dos valores a serem contratados e a compatibilidade dos preços propostos, inclusive das baterias, com os praticados no mercado, conforme disposto nos arts. 43, inc. IV, e 48, inc. II, da Lei nº 8.666/1993 (item 9.2, TC-007.646/2009-8, Acórdão nº 2.432/2009-Plenário).

- Assunto: **CONTRATOS. DOU de 16.10.2009, S. 1, p. 89.** Ementa: determinação ... para que se abstenha de incluir em contratos de prestação de serviços certos e mensuráveis hipóteses de prorrogação fundamentadas no art. 57, inc. II, da Lei nº 8.666/1993 (item 1.5.5, TC-011.988/2006-6, Acórdão nº 5.736/2009-1ª Câmara).

- Assuntos: **LICITAÇÕES e REGIONALIZAÇÃO. DOU de 16.10.2009, S. 1, p. 92.** Ementa: determinação ... para que, nos procedimentos licitatórios, abstenha-se de exigir que os licitantes comprovem possuir sede ou filial na localidade de realização do certame, uma vez que tal exigência pode restringir o caráter competitivo da disputa (item 1.5.1, TC-018.444/2009-0, Acórdão nº 5.760/2009-1ª Câmara). Aderentes à regionalização de que tratam os art. 47 e 49, inc. II, da Lei Complementar nº 123, de 14.12.2006, e o art. 2º, incisos I e IV, e art. 9º, inc. I, do Decreto nº 6.204, de 05.09.2007, inclusive – quais sejam: a) o TCU determinou que evitasse a utilização do sítio COMPRASNET como o único meio de divulgação de suas cartas-convite para os possíveis interessados, uma vez que a UG encontra-se situada numa região rural, onde ainda não está consolidado o costume de pesquisar junto aos meios eletrônicos a ocorrência de certames licitatórios (item 9.1.6, TC-009.569/2005-3, Acórdão nº 1.806/2005-2ª Câmara, DOU de 26.09.2005, S. 1, p. 140); b) o TCU determinou que orientasse as superintendências regionais sobre a conveniência de, ao contratar empresa especializada para a manutenção preventiva e corretiva de veículos e motocicletas, optar pela prestação descentralizada dos serviços, de forma que sejam utilizadas oficinas credenciadas próximas às delegacias e aos postos policiais de cada circunscrição (item 9.5.9, TC-008.392/2004-8, Acórdão nº 353/2006-Plenário, DOU de 28.03.2006, S. 1, p. 60); c) determinação para que, em contratações de serviços de manutenção dos sistemas de climatização das suas unidades, elaborasse o respectivo projeto básico, de forma a priorizar a eficiência na alocação dos recursos, avaliando a opção de deslocar membros da comissão de licitação para as unidades do interior no intuito de nelas realizar as contratações de forma regionalizada, considerando para tanto a possibilidade de reduzir as exigências de habilitação, qualificação técnica e regularidade econômico-financeira e fiscal, conforme facultado pelo artigo 32, § 1º, da Lei nº 8.666/1993; observando, ainda, o disposto nos itens 15, 16, 17, 18, 19, 20 e 21 do voto condutor do Acórdão nº 874/2007-TCU-2ª Câmara (item 1.4.1.1, TC-021.303/2005-1, Acórdão nº 2.037/2008-2ª Câmara, DOU de 10.07.2008, S. 1, p. 60).

- Assunto: **SUPRIMENTO DE FUNDOS. DOU de 16.10.2009, S. 1, p. 109.** Ementa: recomendação ... para que não aceite a prestação de contas referente a suprimentos de fundos quando os comprovantes apresentados se referirem a despesas realizadas antes da emissão dos empenhos respectivos ou quando a natureza de despesa não é compatível com o disposto no art. 45 do Decreto nº 93.872/1986 e, ainda, quando apresente fracionamento das despesas realizadas, evitando a abertura de suprimentos de fundos a beneficiários diferentes, com mesma justificativa e prazos de aplicação concomitantes, de forma a cumprir o disposto no art. 2º, § 2º, da Portaria/MF nº 95, de 19.04.2002 e macrofunção/SIAFI 02.11.21 (item 1.5.1, TC-021.161/2008-9, Acórdão nº 5.329/2009-2ª Câmara).

- Assunto: **TCU. DOU de 16.10.2009, S. 1, p. 95.** Ementa: alerta aos gestores ... de que o descumprimento de determinações do TCU pode ensejar a aplicação de multa a quem tenha dado causa à ocorrência, com fundamento no art. 58, VII, da Lei nº 8.443/1992 (item 9.2, TC-003.355/2009-2, Acórdão nº 5.777/2009-1ª Câmara).

- Assunto: **TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO. DOU de 02.10.2009, S. 1, p. 93.** Ementa: determinação ... para que: a) nas contratações de serviços de desenvolvimento de software, em atenção ao art. 3º, “caput” e parágrafo 1º, do Decreto nº 2.271/1997, observe as disposições contidas no item 4.3. do Acórdão nº 786/2006-P, particularmente nos termos em que estabelece a necessidade de metodologia expressamente definida contendo a fixação dos procedimentos e dos critérios objetivos de mensuração dos serviços prestados; b) nas licitações para contratação de bens e serviços de tecnologia da informação comuns, incluindo nestes os serviços de desenvolvimento e manutenção de software, utilize a modalidade pregão, observando as orientações contidas no item 9.2. do Acórdão nº 2.471/2008-P; c) nas licitações para contratação de serviços de tecnologia da informação, observe as orientações contidas no item 9.1. do Acórdão nº 2.471/2008-P, em particular inclua a justificativa para o parcelamento ou não do objeto, levando em consideração a viabilidade técnica e econômica para tal, a necessidade de aproveitar melhor as potencialidades do mercado e a possível ampliação da competitividade do certame, sem perda de economia de escala, conforme a Súmula/TCU nº 247 e a Lei nº 8.666/1993, art. 8º c/c art. 23, §§ 1º e 2º (itens 9.3.1 a 9.3.3, TC-002.536/2008-5, Acórdão nº 2.272/2009-Plenário).

- Assunto: **CONTRATOS. DOU de 02.10.2009, S. 1, p. 93.** Ementa: determinação ... para que, nas contratações, abstenha-se de prever ressarcimento de despesas de viagens, como diárias e passagens, de profissionais alocados pela contratada, uma vez que esse procedimento contraria o disposto nos art. 54, § 1º c/c art. 55, III, da Lei nº 8.666/1993, ao tornar indeterminado o valor efetivo da contratação (item 9.3.4, TC-002.536/2008-5, Acórdão nº 2.272/2009-Plenário).

- Assunto: **PROGRAMA DE INFORMÁTICA. DOU de 02.10.2009, S. 1, p. 93.** Ementa: recomendação ... para que, em atenção ao art. 6º, inc. IX, da Lei nº 8.666/1993 e art. 8º, inc. I, do Decreto nº 3.555/2000, defina formalmente o processo de desenvolvimento de software aderente à norma NBR ISO/IEC 12.207 - Processos do Ciclo de Vida do Software, previamente à contratação de serviços de desenvolvimento ou manutenção de software, vinculando o contrato com o processo de desenvolvimento (item 9.4, TC- 002.536/2008-5, Acórdão nº 2.272/2009-Plenário).

- Assunto: **TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO. DOU de 09.10.2009, S. 1, p. 180.** Ementa: determinação ... para que no âmbito de contratações de tecnologia da informação, inclusive diretas, em atenção ao disposto no art. 20, II, da IN/SLTI-MP nº 4/2008 e no item 9.4.4 do Acórdão nº 786/2006-P, utilize como instrumento de controle das etapas de solicitação, acompanhamento, avaliação, atestação e pagamentos de serviços, "ordens de serviço" ou "solicitações de serviço" que vinculem dados dos produtos a serem entregues, contendo no mínimo: a) a definição e a especificação dos serviços a serem realizados, incluindo informações sobre o produto que o vinculem à ordem de serviço e à especificação da métrica; b) o volume e detalhamento dos serviços solicitados segundo as métricas definidas; c) os resultados esperados; d) o cronograma de realização dos serviços, incluídas todas as tarefas significativas e seus respectivos prazos; e) a avaliação da qualidade dos serviços realizados e as justificativas do avaliador; f) a identificação dos responsáveis pela solicitação, pela avaliação da qualidade e pela atestação dos serviços realizados, os quais não podem ter nenhum vínculo com a empresa contratada (item 9.1.2.2, TC-010.751/2009-5, Acórdão nº 2.348/2009-Plenário).

- Assunto: **INEXEQUIBILIDADE**. DOU de 02.10.2009, S. 1, p. 138. Ementa: determinação ... para que observe o art. 29, § 2º da IN/SLTI-MP nº 2/2008, segundo o qual a inexecução dos valores referentes a itens isolados da planilha de custos, desde que não contrariem instrumentos legais, não caracteriza motivo suficiente para a desclassificação da proposta, assim como o § 3º do mesmo artigo, que orienta que se houver indícios de inexecução da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, o órgão poderá efetuar diligências, na forma do § 3º do art. 43 da Lei nº 8.666/1993 (item 1.4.1.1, TC-008.291/2009-6, Acórdão nº 4.999/2009-2ª Câmara).

- Assunto: **REGULARIDADE FISCAL**. DOU de 02.10.2009, S. 1, p. 149. Ementa: determinação ... para que faça constar dos processos de contratação de obras, serviços ou fornecimentos, com dispensa ou inexigibilidade de licitação, a documentação relativa à regularidade fiscal das empresas/firmas contratadas, observando, quanto à regularidade com a Seguridade Social, o entendimento firmado na Decisão nº 705/1994-P, atentando, igualmente, para o disposto em jurisprudência do TCU, constante dos Acórdãos nºs 1.646/2007-1ª C, 3.141/2008-1ª C e 38/2008-2ª C (item 1.5.1.6, TC-022.241/2008-6, Acórdão nº 5.074/2009-2ª Câmara).

- Assunto: **LICITAÇÕES**. DOU de 02.10.2009, S. 1, p. 122. Ementa: determinação ... para que, em licitações, ao avaliar necessária a realização de vistoria prévia como requisito para a participação no certame, faça constar nos instrumentos convocatórios a justificativa para tal exigência, adequando-se ao comando do inc. IV do art. 19 da Instrução Normativa/SLTI-MP nº 2/2008; cuidando, também, em respeito ao princípio da razoabilidade, para que tais exigências não se tornem onerosas por demais para os interessados, a ponto de mitigar o caráter competitivo da licitação (item 1.5.1.1, TC-010.066/2009-0, Acórdão nº 5.536/2009-1ª Câmara).

- Assunto: **TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO**. DOU de 09.10.2009, S. 1, p. 180. Ementa: determinação ... para que, nas contratações de tecnologia da informação, inclusive diretas, em atenção ao disposto no art. 6º, inc. IX, alínea "f", da Lei nº 8.666/1993, quando elaborar editais de licitação para contratar serviços de desenvolvimento de software medidos por pontos de função, abstenha-se de adotar qualquer tipo de fator de ajuste (item 9.1.3.4, TC-010.751/2009-5, Acórdão 2.348/2009-Plenário).

- Assunto: **LICITAÇÕES**. DOU de 09.10.2009, S. 1, p. 186. Ementa: determinação ... para que, em procedimentos licitatórios, abstenha-se, na fase de julgamento das propostas, de considerar erros ou omissões no preenchimento da planilha de custos e formação de preços prevista como critério de desclassificação de licitantes, por contrariar o artigo 3º da Lei nº 8.666/1993 e a jurisprudência do TCU (Acórdãos nºs 2.104/2004-P, 1.791/2006-P, 1.179/2008-P e 4.621/2009-2ª C) (item 9.3.1, TC- 027.566/2008-4, Acórdão nº 2.371/2009-Plenário).

- Assuntos: **PREGÃO e TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO**. DOU de 09.10.2009, S. 1, p. 186. Ementa: determinação ... para que, por ocasião dos certames que envolvam bens e serviços de tecnologia da informação considerados comuns, avalie a possibilidade de adoção da modalidade pregão, observando as orientações constantes dos itens 9.2.1 a 9.2.6 do Acórdão nº 2.471/2008-P, as quais orientam adequadamente sobre a utilização preferencial da modalidade pregão em licitações de informática (item 9.3.3, TC-027.566/2008-4, Acórdão nº 2.371/2009- Plenário).

- Assunto: **LICITAÇÕES**. DOU de 09.10.2009, S. 1, p. 183. Ementa: determinação ... para que se abstenha de utilizar a variação de índice inflacionário para estimar o custo de bens e serviços a serem licitados, realizando, para tal mister, a devida pesquisa de mercado, nos termos do art. 43, inc. IV, da Lei nº 8.666/1993 (item 9.2, TC-018.433/2009-7, Acórdão nº 2.361/2009-Plenário).

- Assunto: **CONCURSO PÚBLICO. DOU de 09.10.2009, S. 1, p. 233.** Ementa: determinação ... para que observe o disposto no art. 43 da Lei Complementar nº 101/2000, recolhendo aos cofres do Tesouro Nacional os valores arrecadados com taxa de inscrição por ocasião da realização de concurso público para acesso aos cargos de seus quadros, efetuando estimativas de modo a que o valor a ser cobrado a título de taxa de inscrição no certame seja suficiente para cobrir apenas o custo de realização do processo seletivo (item 9.4.5, TC-018.663/2003-8, Acórdão nº 5.276/2009-2ª Câmara).

- Assuntos: **CONTRATOS, LICITAÇÕES e SINAPI. DOU de 23.10.2009, S. 1, p. 125.** Ementa: determinação ... para que: a) em eventual aditivo a um contrato decorrente de concorrência de 2009, para a inclusão de novos itens na planilha orçamentária, adote, no mínimo, a mesma diferença percentual entre o valor global contratado e aquele obtido a partir dos custos unitários do SINAPI, de acordo com o art. 109, § 6º, da Lei nº 11.768/2008; b) inclua, nos editais de licitação, critérios de aceitabilidade de preços unitários, nos termos do art. 40, X, da Lei nº 8.666/1993; c) especifique, de forma objetiva, as hipóteses de aplicação de sanção à empresa contratada, nos termos do art. 55, VII, da Lei nº 8.666/1993; d) altere o Grupo A da planilha orçamentária de encargos sociais e obrigações trabalhistas da licitante vencedora da Concorrência nº 02/2009, corrigindo para 8% (oito por cento) o valor referente ao FGTS e expurgando a parcela referente à "Adicional do SENAI", no valor de 0,2% (itens 9.1.1 a 9.1.4, TC-012.266/2009-0, Acórdão nº 2.466/2009-Plenário).

- Assuntos: **LICITAÇÕES e MICROEMPRESA. DOU de 23.10.2009, S. 1, p. 129.** Ementa: determinação ... para que se abstenha de conceder o tratamento diferenciado para microempresas e empresas de pequeno porte previsto no art. 47 da Lei Complementar nº 123/2006 quando não expressamente previsto no instrumento convocatório (Sic) ou para contratações de valor superior a R\$ 80.000,00, como determinam os arts. 48, I, e 49, I e III, daquele Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte (item 9.3.1, TC-008.408/2009-0, Acórdão nº 2.479/2009-Plenário). A propósito, chamamos a atenção da rede do Ementário de Gestão Pública para: a) Orientação Normativa/AGU nº 7, de 01.04.2009 (DOU de 07.04.2009, S. 1, p. 13): “O tratamento favorecido de que tratam os arts. 43 a 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, deverá ser concedido às microempresas e empresas de pequeno porte independentemente de previsão editalícia”; b) determinação/ recomendação do próprio Plenário do TCU à Empresa Brasileira de Infra- Estrutura Aeroportuária – Superintendência Regional do Sudeste para que, a fim de conferir transparência e legalidade às licitações, preveja, em seus editais, itens específicos acerca da comprovação das condições de enquadramento das empresas licitantes como Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte, de acordo com o artigo 3º da Lei Complementar nº 123/2006; bem como observe, independentemente de tal previsão, a aplicabilidade dos artigos 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006, nas hipóteses necessárias (item 1, TC-031.230/2007-3, Acórdão nº 1.785/2008-Plenário, DOU de 29.08.2008, S. 1, p. 133).

- Assunto: **OBRA PÚBLICA. DOU de 23.10.2009, S. 1, p. 121.** Ementa: o TCU considerou que a adoção de BDI para remuneração de fornecimento de materiais deveria ser diferenciada do BDI aplicado aos serviços de engenharia em geral (item 9.6.3, TC-008.122/2006-9, Acórdão nº 2.450/2009-Plenário).

- Assunto: **CONTRATOS. DOU de 09.10.2009, S. 1, p. 201.** Ementa: determinação ... para que se abstenha de assinar termos aditivos extemporâneos, a exemplo do observado no contrato de locação de equipamentos de informática, cuja vigência expirou em 01.01.2006 e a respectiva prorrogação somente foi lavrada em 16.01.2006 (item 9.3.1, TC-014.587/2006-0, Acórdão nº 5.670/2009-1ª Câmara).

- Assunto: **LICITAÇÕES. DOU de 23.10.2009, S. 1, p. 133.** Ementa: determinação ... para que: a) quando gerir recursos públicos advindos de convênio, acordo, ajuste ou outros instrumentos congêneres com aporte dos cofres federais, conduza suas contratações de acordo com o disposto na Lei nº 8.666/1993; b) nas licitações realizadas com recursos públicos federais, ao inserir nos editais exigência de comprovação de capacidade técnica, de que trata o art. 30 da Lei nº 8.666/1993, seja sob o aspecto técnico-profissional ou técnico-operacional, consigne no respectivo processo, expressa e publicamente, os motivos dessa exigência, e demonstre, tecnicamente, que os parâmetros fixados são necessários, suficientes e pertinentes ao objeto licitado, assegurando-se de que a exigência não implica restrição do caráter competitivo do certame (itens 1.6.1.1 e 1.6.1.2, TC-016.747/2009-0, Acórdão nº 5.826/2009-1ª Câmara). Sobre a capacidade técnico-operacional, chamamos a atenção da rede do Ementário de Gestão Pública para as razões de veto do Presidente da República à alínea "b", § 1º e § 7º, art. 30 da então futura Lei nº 8.666/1993, explicitadas no sítio web a seguir:

[http://www.planalto.gov.br/ccivil/Leis/Mensagem_Veto/anterior_98/Vep3 ...](http://www.planalto.gov.br/ccivil/Leis/Mensagem_Veto/anterior_98/Vep3...)

- Assunto: **LICITAÇÕES. DOU de 23.10.2009, S. 1, p. 138.** Ementa: determinação ... para que, nas licitações, promova, sempre que necessário, diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, nos termos do art. 43, § 3º, da Lei nº 8.666/1993, de preferência, previamente à execução dos atos de homologação e adjudicação do objeto da licitação (item 9.5.3, TC-018.388/2006-5, Acórdão nº 5.857/2009-1ª Câmara).

- Assunto: **PAGAMENTO ANTECIPADO. DOU de 23.10.2009, S. 1, p. 138.** Ementa: determinação ... para que se abstenha de realizar pagamentos previamente à assinatura dos respectivos instrumentos contratuais, a exemplo do ocorrido na execução de um contrato celebrado com uma empresa privada de construções e consultoria, posto que tal prática configura a realização de despesas sem o devido amparo contratual (item 9.5.5, TC-018.388/2006-5, Acórdão nº 5.857/2009-1ª Câmara).

- Assunto: **CONTRATOS. DOU de 09.10.2009, S. 1, p. 213.** Ementa: determinação ...ao para que, nos casos de modificação de valor contratual em decorrência de acréscimo do objeto, formalize justificativa adequada das alterações tidas por necessárias, caracterize a natureza superveniente em relação ao momento da licitação, dos fatos ensejadores das alterações, e analise criteriosamente os itens de custo que basearem o novo valor, a fim de verificar sua razoabilidade e exequibilidade (item 1.4.1.3, TC- 018.618/2008-3, Acórdão nº 5.154/2009-2ª Câmara).

- Assuntos: **LICITAÇÕES e REGISTRO DE PREÇOS. DOU de 09.10.2009, S. 1, p. 225.** Ementa: determinação ... para que, quando da realização de procedimentos licitatórios, dispensas de licitação e adesões a Atas de Registro de Preços, sejam realizadas as devidas pesquisas de preços e as mesmas sejam formalmente documentadas e juntadas aos respectivos processos (item 1.5.1, TC-030.722/2008-2, Acórdão nº 5.245/2009-2ª Câmara).

- Assunto: **LICITAÇÕES. DOU de 23.10.2009, S. 1, p. 141.** Ementa: determinação ... observe o disposto na Súmula/TCU nº 248, a qual dispõe que: "não se obtendo o número legal mínimo de três propostas aptas à seleção, na licitação sob a modalidade convite, impõe-se a repetição do ato, com a convocação de outros possíveis interessados, ressalvadas as hipóteses previstas no parágrafo 7º, do art. 22, da Lei nº 8.666/1993" (item 9.4.1, TC-012.129/2005-8, Acórdão nº 5.869/2009-1ª Câmara).

- Assunto: **FUNDAÇÃO DE APOIO. DOU de 23.10.2009, S. 1, p. 163.** Ementa: determinação ... para que não contrate fundações de apoio por meio de dispensa de licitação para a execução de atividades administrativas e de competência exclusiva do órgão, tais como a contratação de recursos humanos, contratação de obras e serviços, aquisição de material de consumo, pagamento de diárias e de passagens aéreas e terrestres, entre outros, atendo-se ao previsto no art. 1º da Lei nº 8.958/1994 e art. 1º do Decreto nº 5.205/2004, remetendo à assessoria jurídica os processos relacionados a minutas de editais de licitação, bem como as dos contratos, acordos, convênios ou ajustes, a fim de atender ao disposto no parágrafo único do art. 38 da Lei nº 8.666/1993 (item 1.5.2, TC-021.218/2008-3, Acórdão nº 5.478/2009-2ª Câmara).

- Assunto: **PARCELAMENTO. DOU de 30.10.2009, S. 1, p. 214.** Ementa: determinação ... para que observe a regra insculpada no art. 23, § 2º, da Lei nº 8.666/1993, que prevê a preservação da modalidade pertinente para a execução do objeto em licitação quando houver o parcelamento na execução de obras e serviços e nas compras de bens, com vistas ao melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado e à ampliação da competitividade, sem perda da economia de escala, sob pena de caracterizar fracionamento da despesa (item 9.3.2, TC-014.335/2006-3, Acórdão nº 6.009/2009-1ª Câmara).

- Assuntos: **IMÓVEIS e LOCAÇÃO. DOU de 30.10.2009, S. 1, p. 218.** Ementa: determinação ... para que observe, quando da locação de espaços físicos da ... a particulares, os valores praticados no mercado imobiliário evitando-se, dessa forma, o ocorrido em relação a um contrato de 2000, celebrado entre o Banco do Brasil e a UG, que, na ocasião, subavaliou espaço de 96,61 m2 (item 9.4.2, TC-009.915/2002- 0, Acórdão nº 6.021/2009-1ª Câmara).

- Assuntos: **LIQUIDAÇÃO e OBRA PÚBLICA. DOU de 30.10.2009, S. 1, p. 232.** Ementa: determinação ... para que observe a regra de liquidação da despesa pública, constante da Lei 4.320, de 17.03.1964, art. 63, que visa eliminar o risco de danos ao erário quando da execução de despesas com recursos públicos, exigindo os boletins de medição, assinados pelo fiscal da obra e pelo representante da empresa contratada, a fim de comprovar os serviços executados, antes dos respectivos pagamentos (item 1.4.1.5, TC-003.478/2008-4, Acórdão nº 5.553/2009-2ª Câmara).

- Assunto: **TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO. DOU de 30.10.2009, S. 1, p. 237.** Ementa: determinação ... para que privilegie, quando da elaboração de editais licitatórios afetos a área de tecnologia da informação, nas hipóteses da inviabilidade de se implementar metodologia com critério objetivo de medição (a exemplo da utilizada métrica por Pontos de Função), a remuneração da contratada mediante a mensuração de resultados, com a devida explicitação da sistemática a ser utilizada para a identificação da avaliação do quantitativo de horas a ser empregado, à luz do entendimento do TCU esposado no item 9.2.2.2 do Acórdão nº 2.024/2007-Plenário (item 1.5.1.2, TC-023.281/2009-4, Acórdão nº 5.599/2009-2ª Câmara).

- Assunto: **TERCEIRIZAÇÃO. DOU de 30.10.2009, S. 1, p. 232.** Ementa: determinação ... para que não habilite, em certames licitatórios para a contratação de serviços de terceirização ou assemelhados, como um pregão eletrônico de 2009, entidades civis sem fins lucrativos, pois não há nexos de relação entre o objeto social dessas entidades e os serviços a serem prestados, considerando que terceirização de mão-de-obra não se coaduna com a natureza jurídica de tais entes, por se caracterizar como ato de comércio com finalidade econômica (item 1.4.1.1, TC-019.843/2009-0, Acórdão nº 5.555/2009-2ª Câmara).

7ª ICFEx	Continuação do B Info Nº 11, de 30 de novembro de 2009	Pág 23	
----------	--	--------	--

- Assunto: **OUTROS. DOU de 30.10.2009, S. 1, p. 218.** Ementa: determinação ... para que observe o disposto nos arts. 11, § 3º, 34 e 35 da Lei nº 4.320/1964, abstendo-se de promover o represamento de recursos próprios por meio de transferências ilegais para o exercício seguinte (item 9.4.1, TC- 009.915/2002-0, Acórdão nº 6.021/2009-1ª Câmara).

- Assunto: **PREGÃO ELETRÔNICO. DOU de 30.10.2009, S. 1, p. 240.** Ementa: determinação ... para que adote as providências necessárias às modificações em edital de pregão eletrônico de 2009, a fim de excluir as seguintes exigências editalícias, que atentam contra os princípios da isonomia, da legalidade, da competitividade e da razoabilidade: a) apresentação de Certidão Negativa de Débito Salarial, de Certidão Negativa de Infrações Trabalhistas e de prova de regularidade junto ao Sindicato Laboral; b) apresentação de comprovante de recolhimento da Contribuição Sindical Patronal e do pagamento da anuidade do Conselho Regional de Administração (CRA); c) apresentação de Licença Ambiental de Operação e do Certificado de Registro Cadastral junto à Secretaria Municipal de Meio Ambiente; d) apresentação de comprovante que possui Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA) devidamente registrada na Delegacia Regional do Trabalho; e) exigência de que os licitantes tenham capital social igual ou superior a 10%; f) possibilidade de vistoria dos equipamentos (itens 9.2.2.1 a 9.2.2.6, TC-021.511/2009-7, Acórdão nº 5.611/2009-2ª Câmara).

7ª ICFEx	Continuação do B Info Nº 11, de 30 de novembro de 2009	Pág 24	
----------	--	--------	--

ANEXO “D”

Considerando a relevância do tema e com a finalidade de atualização de conhecimento e orientações às UG vinculadas a esta ICFEx, transcrevo o ofício abaixo:

CALENDÁRIO PARA O ENCERRAMENTO DO EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2009 - Aprovação

O Secretário de Economia e Finanças, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Regulamento da Secretaria de Economia e Finanças (R/25), aprovado pela Portaria nº 015, de 16 de janeiro de 2004, do Comandante do Exército, e pelo que prescreve a letra “a” do nº 3 das “Instruções Reguladoras para o Encerramento do Exercício Financeiro” (IR 12-10), aprovadas pela Portaria nº 009-SEF, de 14 de novembro de 1994, resolve:

Art. 1º Aprovar o Calendário para o Encerramento do Exercício Financeiro de 2009, que com esta baixa.

Art. 2º Recomendar que as peculiaridades dos procedimentos aplicáveis aos Órgãos Comando do Exército e Fundo do Exército, e os prazos máximos, estão estabelecidos na Macrofunção 02.03.18 do Manual SIAFI, que define parâmetros que visam a padronização e eficiência do processo de encerramento do exercício financeiro de 2009 e a conseqüente abertura do exercício financeiro de 2010.

Art. 3º Determinar que a presente Portaria entre em vigor na data de sua publicação.

(Portaria nº 031-SEF, de 9 de novembro de 2009)

SECRETARIA DE ECONOMIA E FINANÇAS
 CALENDÁRIO PARA O ENCERRAMENTO DO EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2009
ÓRGÃOS 52121 - COMANDO DO EXÉRCITO E 52904 - FUNDO DO EXÉRCITO
 (Anexo à Portaria nº 031-SEF, de 9 de novembro de 2009)

DATA	EVENTOS	PROCEDIMENTOS	RESPONSÁVEL
15 Dez 09 (3ª feira)	Recebimento de recursos de destaques e convênios.	Encerrar as atividades de planejamento para viabilizar a descentralização de recursos orçamentários oriundos de destaques e de convênios.	ODS
20 Dez 09 (domingo)	1. Emissão de NC e NC - Anulação pelos ODG/ODS	Encerrar emissão de Nota de Movimentação de Crédito - NC	ODG/ODS
	2. Emissão de Nota de Empenho – NE (original, reforço e anulação).	Encerrar emissão de empenhos com utilização de recursos orçamentários objeto de descentralização interna de créditos pelos ODG/ODS.	Todos os OD
28 Dez 09 (2ª feira)	1. Anulação, pela SEF, dos saldos de créditos de convênios.	1. As UG que movimentam recursos de convênios deverão informar à SEF/DGO (160073), via Msg SIAFI, mesmo negativamente, os saldos de créditos de convênios a serem anulados, discriminados por PTRES, Fonte Detalhada, ND e PI.	Todos os OD de UG que movimentam recursos de convênios
	2. Aplicação de suprimimento de fundos e recolhimento dos saldos, se for o caso.	2. Encerrar a aplicação (gastos) com recursos de suprimimento de fundos e recolher o saldo, quando for o caso.	Agentes Supridos/OD
	3. Resgate de recursos aplicados em poupança – F Ex.	3. Solicitar à SGFEx/DGO.	Todos os OD
	4. Data limite para liquidação de despesas no Subsistema Contas a Pagar e a Receber – CPR, para permitir a liberação de limite de saque com vinculação de pagamento.	4. Registro da liquidação das despesas no Subsistema CPR	Todos os OD

DATA	EVENTOS	PROCEDIMENTOS	RESPONSÁVEL
29 Dez 09 (3ª feira)	1. Data limite para sub-repasse.	1. Realizar o sub-repasse.	D Cont e DGO
	2. Devolução dos saldos de créditos apurados, pela SEF, aos órgãos concedentes de recursos de destaques e convênios.	2. Efetuar os registros no SIAFI e informar aos órgãos concedentes dos recursos.	D G O
	3. Pagamentos (inclusive os relativos a RP/ 2006, 2007 e 2008 e a destaques e convênios).	3. Solicitar à D Cont o recolhimento do financeiro correspondente	Todos os OD
	4. Apuração do saldo financeiro de convênios na fonte 181.	4. Encerrar os pagamentos. Obs: As relações de ordens bancárias externas (RE) deverão ser entregues na agência bancária até 30 de dezembro de 2009, dentro do horário de expediente bancário.	
	5. Apuração do saldo financeiro de convênios nas demais fontes (exceto fonte 181).	5. Recolher o saldo financeiro ao órgão concedente (não poderá haver a inscrição em restos a pagar). 6. Recolher o saldo financeiro ao órgão concedente existência do correspondente saldo na conta 11216.01.00 – Recursos a Receber por Transferência).	Todos os OD de UG que movimentam recursos de convênios
DATA	EVENTOS	PROCEDIMENTOS	RESPONSÁVEL
30 Dez 09 (4ª feira)	1. Apuração do saldo de limite de saque no órgão 52904 – F Ex.	1. Recolher ao F Ex, por meio de PF “espécie 9”, os recursos de todas as fontes.	Todos os OD
	2. Apuração do saldo de limite de saque no órgão 52121 - Cmdo Ex (saldo da conta 11216.04.00 - Limite de Saque com Vinculação de Pagamento).	2. Recolher à D Cont, por meio de PF “espécie 9”, conforme PF de origem (constar no campo “observação” o número da PF da D Cont que originou o recurso).	
	3. Data limite para entrega das RE na agência bancária.	3. Protocolar na agência bancária a efetiva entrega das RE dentro do horário de expediente bancário.	

DATA	EVENTOS	PROCEDIMENTOS	RESPONSÁVEL
31 Dez 09 (5ª feira)	1. Data limite para registro dos valores a liberar/a receber de convênios.	1. Realizar os registros dos valores a liberar/a receber, de Convênio ou instrumentos similares de forma a garantir a liberação dos recursos no exercício seguinte. Os registros ocorrerão nas contas 21216.01.00 – Recursos a Liberar por Transferência e 11216.01.00 – Recursos a Receber por Transferência. 2. Para os casos em que o Concedente e o Conveniente pertencem ao Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, o Conveniente deverá informar ao Concedente, em tempo hábil, o valor total que será inscrito em restos a pagar.	Todos os OD de UG que movimentam recursos de convênios
	2. Liquidação de despesas que serão inscritas em Restos a Pagar Processados / 2009.	3. Efetuar os lançamentos no SIAFI.	Todos os OD
	3. Anulação de NE, cuja despesa não possa ser inscrita em Restos a Pagar não Processados/2009, conforme orientação dos ODS, da D Cont e da DGO.		
	4. Último prazo para registro dos documentos comprobatórios dos atos e fatos das gestões orçamentária, financeira e patrimonial (data do fechamento do mês de dezembro para todas as UG).		
	5. Prestação de contas de suprimento de fundos.	4. Apresentar/Aprovar a prestação de contas.	Agentes Supridos/OD

DATA	EVENTOS	PROCEDIMENTOS	RESPONSÁVEL
06 Jan 09 (4ª feira)	1. Análise dos Restos a Pagar/2009. 2. Regularização de saldos das contas escrituradas (fechamento – ICFEx). 3. Inscrição em Restos a Pagar	1. Proceder à análise dos empenhos das UG vinculadas, a serem inscritos em restos a pagar, anulando aqueles que estiverem em desacordo com a legislação, dando ciência às respectivas UG. 2. Anular os empenhos relativos a convênios, cujo financeiro não esteja garantido/registrado na conta 11216.01.00 – Recursos a Receber por Transferência, cientificando as respectivas UG. 3. Proceder à análise dos saldos das contas escrituradas das UG e adotar providências para as regularizações contábeis necessárias. 4. Atentar para o saldo no encerramento do Exercício Financeiro, das contas de Limite de Saque com Vinculação de Pagamento x Disponibilidades por Fonte de Recursos x Obrigações a Pagar (regularização do diferido).	Todas as ICFEx
08 Jan 10 (6ª feira)	Integração de balancete da entidade não integrante do SIAFI (FHE).	Incluir os dados no SIAFI.	D Cont
14 Jan 10 (4ª feira)	Conformidade Contábil de UG.	Registrar no SIAFI.	ICFEx
15 Jan 10 (6ª feira)	1. Conformidade Contábil do Órgão 52121 – Comando do Exército. 2. Conformidade Contábil do Órgão 52904 – Fundo do Exército.	Registrar no SIAFI.	D Cont
05 Feb 10 (6ª feira)	Remessa de documentos da tomada de contas anual da UG.	Remeter à ICFEx de vinculação a documentação prevista nas Normas para a Realização de Tomada de Contas Anual, (Portaria nº 006-SEF, de 22 Nov 00) e nas demais orientações estabelecidas pela SEF/D Aud e repassadas à UG pela ICFEx de vinculação.	Todos os OD

ANEXO “E”**ADICIONAL DE TEMPO DE SERVIÇO**

Considerando a relevância do tema e com a finalidade de atualização de conhecimento e orientações às UG vinculadas a esta ICFEx, transcrevo o ofício abaixo:



**MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
SECRETARIA DE ECONOMIA E FINANÇAS
(Contadoria Geral/1841)**

Brasília, 16 de novembro de 2009.

Of nº 398 – Asse Jur – 09 (A1/SEF

Do Subsecretário de Economia e Finanças

Ao Sr Vice-Chefe do Departamento-Geral do Pessoal

Assunto: adicional de tempo de serviço

Ref: Of nº 1720/09-DGP/Asse Jur.6, de 05 NOV 09

Anexo: extrato do Manual do Usuário nº 01, do CPEx, item A.9.

1. Versa o presente expediente sobre adicional de tempo de serviço.
2. Diante dos desdobramentos do assunto em epígrafe, é conveniente realizar um breve resgate dos fatos que lhe dizem respeito.
 - a. Trata-se de questão oriunda do 27º Grupo de Artilharia de Campanha (27º GAC) – Grupo Monte Caseros – atinente à majoração do adicional de tempo de serviço do ST CELSO CORREA DILL.
 - b. Em aparente resposta do Ordenador de Despesas da citada unidade ao Sr Chefe de Gabinete do Departamento-Geral do Pessoal, apontou-se que teria havido atos formais reconhecendo o direito do militar à predita majoração, de 20% para 21%, conforme publicado no Aditamento ao Boletim Interno nº 196, de 22 NOV 01, do 27º GAC.
 - c. Nesse sentido, afirmou aquele OD que a razão do acréscimo do tempo de serviço seria fruto do cômputo de *férias não gozadas* e, ainda, de *período de serviço passado em Organização Militar categoria “A”*. O amparo para tanto residiria na Mensagem nº 1102-S/1-1, de 17 out 01, do Centro de Pagamento do Exército.
 - d. Assumindo tal fato como contrário à legislação, aquele OD apontou os responsáveis, à época, pelo implantação indevida. Todavia, considerou que a majoração imerecida teria se processado em decorrência de erro de interpretação.
 - e. Manifestando-se sobre o assunto, esse Órgão de Direção Setorial asseverou que, de fato, haveria ilegalidade ao se considerar o tempo passado em guarnição especial como integrante da base de cálculo do adicional de tempo de serviço. Tal acréscimo, na realidade, somente poderia ser levado em conta para a passagem do militar à inatividade. O erro, nesse caso, dificilmente poderia ser caracterizado como *de interpretação*.

(Continuação do Ofício - Asse Jur – 09 (A/1-SEF), de 16 de novembro de 2009 – página 2)

f. Não obstante, solicitou-se a oitiva desta Secretaria, uma vez que a suposta orientação para se considerar o tempo passado em guarnição especial no cômputo da referida verba teria partido do CPEx, Organização Militar Diretamente Subordinada à SEF.

3. O assunto deve ser analisado à luz dos aspectos jurídicos pertinentes:

a. Inicialmente, é preciso ressaltar que o entendimento vigente neste ODS é de que o período passado em guarnição especial não integra a base de cálculo do adicional de tempo de serviço. Assim como nesse Departamento, o parecer desta Secretaria é de que somente integram tal base os períodos a que se referem os incisos do art. 5º da Portaria nº 466-Cmt Ex, de 2001:

Art. 5º Para efeito do cômputo dos anos de serviço a que se refere o artigo anterior, devem ser considerados os seguintes períodos de tempo:

I – tempo de efetivo serviço, até 29 de dezembro de 2000, conforme disposto no art. 1º;

II – período(s) de licença especial (LE), adquirido(s) até 29 de dezembro de 2000 e não gozado(s), contados em dobro, desde que o militar tenha optado, com relação a esse(s) período(s), pelo cômputo de anos de serviço - letra “c” do Termo de Opção anexo à Portaria do Comandante do Exército nº 348, de 17 de julho de 2001;

III – período(s) de férias não gozadas, adquirido(s) até 29 de dezembro de 2000, contado(s) em dobro, desde que constante(s) das alterações do militar;

IV - um ano de serviço para cada cinco anos de tempo de efetivo serviço prestado, até 29 de dezembro de 2000, pelo oficial do Serviço de Saúde, do Quadro de Engenheiros Militares e do Quadro Complementar de Oficiais, que possuir curso universitário, reconhecido oficialmente, desde que esse curso tenha sido requisito essencial para a sua admissão nas Forças Armadas, até que este acréscimo complete o total de anos de duração normal do respectivo curso, sem superposição a qualquer tempo de serviço militar ou público eventualmente prestado durante a realização deste mesmo curso; e

V - tempo de serviço público federal, estadual ou municipal, prestado pelo militar anteriormente à sua incorporação, matrícula, nomeação ou reinclusão em qualquer organização militar, computado até 29 de dezembro de 2000.

b. Nessa senda, é importante que se esclareça que a orientação expedida pelo CPEx acerca do assunto, conforme o Manual do Usuário nº 01 (Militares da Ativa), em vigor desde 06 nov 01, é nesse mesmo sentido, ou seja, de não considerar outros períodos que não os relativos aos incisos acima descritos para o cálculo dos anos de serviço (*vide* extrato anexo).

c. Portanto, a afirmação de que haveria uma orientação, expedida por aquela OMDS, de forma a computar o período passado em guarnição especial para o adicional de tempo de serviço, *data máxima vênia*, não procede.

d. De qualquer maneira, tem-se que transcorreram cerca de *sete anos* entre a implantação indevida de 1% a mais no adicional de tempo de serviço do militar e a data em que tal equívoco foi percebido pela Administração Castrense. De acordo com o entendimento vigente nesta Secretaria (*vide* Parecer nº 048/AJ/SEF, de 2009), resta defeso à Administração *rever* tal ato, ainda que eivado de vícios. Vale dizer: à luz do art. 54 da Lei nº 9.784, de 1999, a Administração *decaiu* do direito de anular a referida implantação:

Art. 54. O direito da Administração de anular os atos administrativos de que decorram efeitos favoráveis para os destinatários decai em cinco anos, contados da data em que foram praticados, salvo comprovada má-fé.

§ 1º No caso de efeitos patrimoniais contínuos, o prazo de decadência contar-se-á da percepção do primeiro pagamento.

(Continuação do Ofício - Asse Jur – 09 (A/1-SEF), de 16 de novembro de 2009 – página 3)

e. Nesse sentido, o percentual imerecido somente poderá ser corrigido se, e somente se, for cabalmente *comprovada* a má-fé do militar em processo, no qual lhe seja oferecido o direito ao contraditório e à ampla defesa.

f. Não obstante, à luz do § 3º do art. 149 do Regulamento de Administração do Exército (RAE-R3), existe a possibilidade de responsabilização dos responsáveis, à época, pela implantação do direito indevido:

Art. 149. As indenizações provenientes de alcance, restituições de recebimentos indevidos ou para reposição de bens, serão descontadas de uma só vez ou, na sua impossibilidade, em parcelas mensais dos vencimentos ou quantia que, a qualquer TÍTULO, os responsáveis pela indenização recebam do Estado.

1º Os descontos mensais serão procedidos conforme a legislação pertinente.

2º A indenização devida à União, que não for realizada pela via administrativa, será motivo de cobrança judicial e, se for o caso, executiva.

3º O fixado neste artigo incidirá sobre os responsáveis pelo pagamento indevido, quando não for possível alcançar o beneficiado.

g. Para que possa haver tal responsabilização subsidiária, há que se acatar o princípio do *devido processo legal*, oportunizando aos supostos encarregados da implantação indevida, o direito ao contraditório e à ampla defesa. Somente por intermédio desse procedimento é que se poderá avaliar e, ao final, demonstrar a existência de *erro de interpretação* por parte dos agentes envolvidos. De se ressaltar, ainda, que a responsabilização dos mesmos só se aperfeiçoará com a demonstração cabal e inequívoca de culpa ou dolo.

4. Isso posto, esta Secretaria concorda com esse Departamento-Geral, no sentido de que o período passado em guarnição especial **não integra** a base de cálculo do adicional de tempo de serviço, como, aliás, vem orientando o CPEx. No caso concreto, entretanto, entende-se que, uma vez ultrapassado o prazo decadencial de cinco anos previsto no art. 54 da Lei nº 9.784, de 1999, não mais se pode rever o ato viciado, a não ser que reste comprovada a má-fé do beneficiado. Abre-se, contudo, a possibilidade de responsabilização subsidiária dos encarregados pela implantação, à luz do §3º do art. 149 do RAE.

5. Isso posto, incumbiu-me o Sr Secretário de Economia e Finanças de remeter as presentes considerações a esse Departamento-Geral, o que faço por intermédio de Vossa Excelência, para conhecimento e adoção de providências julgadas cabíveis.

Gen Div CARLOS HENRIQUE CARVALHO PRIMO

Rsp p/Subsecretário de Economia e Finanças